

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios de 2023 e 2022

## Companhia Energética Miranda

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica
Florianópolis – SC | CEP 88025-255
CNPJ 28.942.127/0001-49 | NIRE 42 3 0004595-1

## SUMÁRIO


**Relatório da Administração** ..... 3
**Balanços Patrimoniais** ..... 8
**Demonstrações dos Resultados** ..... 9
**Demonstrações dos Resultados Abrangentes** ..... 9
**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido** ..... 10
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa** ..... 11
**Demonstrações dos Valores Adicionados** ..... 12
**NOTA 1.** Contexto operacional ..... 13
**NOTA 2.** Apresentação das demonstrações financeiras ..... 13
**NOTA 3.** Caixa e equivalentes de caixa ..... 16
**NOTA 4.** Contas a receber de clientes ..... 16
**NOTA 5.** Ativo financeiro de concessão ..... 17
**NOTA 6.** Imobilizado ..... 18
**NOTA 7.** Intangível ..... 19
**NOTA 8.** Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros ..... 20
**NOTA 9.** Debêntures ..... 25
**NOTA 10.** Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos ..... 27
**NOTA 11.** Patrimônio líquido ..... 28
**NOTA 12.** Dividendos ..... 29
**NOTA 13.** Receita operacional líquida ..... 30
**NOTA 14.** Resultado financeiro ..... 31
**NOTA 15.** Transações com partes relacionadas ..... 31
**NOTA 16.** Seguros ..... 32
**NOTA 17.** Compromissos de longo prazo ..... 33
**NOTA 18.** Informações complementares ao fluxo de caixa ..... 33
**NOTA 19.** Eventos subsequentes ..... 33
**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes** ..... 34
**Declaração dos Diretores da Companhia** ..... 36
**Conselho de Administração** ..... 37
**Diretoria Executiva** ..... 37
**Departamento de Contabilidade** ..... 37
**Relatório dos Auditores Independentes** ..... 38

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 179 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 MW e energia assegurada de 188,3 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 11 anos, também isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

## 2. Estrutura e Controle Acionário

Com 590.713.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 590.713 mil ao final de 2023, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

### 2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por três Diretorias, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Na 5ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 02.06.2023, foi eleito o senhor Eduardo Takamori Guiyotoko como membro do Conselho de Administração, em substituição a Marcelo Cardoso Malta. Após essa data, o Conselho de Administração passa a ser composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Eduardo Takamori Guiyotoko.

No dia 13.12.2023, na 34ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, e em 31.12.2023 contava com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Marcelo Brugnaro Schultz na posição de Diretor Técnico-Operacional e Romary dos Anjos Silva no cargo de Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores.

### 2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora do leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017, para a aquisição da concessão da Usina, com uma oferta de R$ 1.360 milhões, resultando em ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE). A ENGIE assumiu a operação e manutenção da Usina em 29.12.2017, quando iniciou-se a contagem do prazo de concessão.

## 3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das *commodities* no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das *commodities*, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

## 4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração bruta da Usina Hidrelétrica Miranda foi de 1.172,9 GWh, 3,5% superior à que a obtida em 2022, de 1.133,5 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano de 2023 foi de 81,8%, 17,2 p.p. abaixo dos 99,0% atingidos no ano anterior. A redução da disponibilidade se deu devido às paradas operacionais decorrentes das obras para realização de modernizações realizadas na Usina durante o ano.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

A assinatura do contrato para modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia foi firmado junto aos fornecedores ao final de 2021. Em 2022, foram realizadas as fabricações, aquisições e testes em fábrica dos novos equipamentos. Em 2023, foi concluída a modernização de duas unidades geradoras.

## 5. Desempenho Econômico-financeiro

| Indicadores de resultado | 2023 | 2022 | Var. (R$) | Var. (%) |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 331.123 | 327.026 | 4.097 | 1,3 |
| Lucro bruto | 272.395 | 265.449 | 6.946 | 2,6 |
| Margem bruta | 82,3% | 81,2% | | 1,1 p.p. |
| Ebitda (Lajida)[1] | 286.458 | 278.598 | 7.860 | 2,8 |
| Margem Ebitda | 86,5% | 85,2% | | 1,3 p.p. |
| Depreciação e amortização | (14.716) | (14.279) | (437) | 3,1 |
| Resultado financeiro | (51.102) | (59.392) | 8.290 | (14,0) |
| Imposto de renda e contribuição social | (74.999) | (69.773) | (5.226) | 7,5 |
| Lucro líquido do período | 145.641 | 135.154 | 10.487 | 7,8 |

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

## 5.1 Receita operacional líquida

Em 2023, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 4.097 mil (1,3%), atingindo R$ 331.123 mil, frente aos R$ 327.026 mil reconhecidos em 2022. Essa variação é consequência da combinação dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 5.775 mil referente à receita de prestação de serviços, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos (ii) aumento de R$ 5.057 mil na receita com transações de energia, sendo composto pelo (ii.i) aumento de R$ 4.869 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais; e (ii.ii) acréscimo de R$ 188 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo. Estes acréscimos foram atenuados pela (iii) redução de R$ 6.735 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, principalmente, pela redução do IPCA entre os exercícios em comparação. Mais detalhes sobre o item (i) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

## 5.2 Custos da energia vendida

| | 2023 | 2022 | Var. (R$) | Var. (%) |
|---|---|---|---|---|
| Depreciação e amortização | 14.716 | 14.279 | 437 | 3,1 |
| Materiais e serviços de terceiros | 11.217 | 22.467 | (11.250) | (50,1) |
| Encargos de uso de rede elétrica e de conexão | 10.356 | 9.253 | 1.103 | 11,9 |
| Pessoal | 8.438 | 6.862 | 1.576 | 23,0 |
| Energia elétrica comprada para revenda | 7.019 | 6.307 | 712 | 11,3 |
| *Royalties* | 2.521 | 2.873 | (352) | (12,3) |
| Transações no mercado de energia de curto prazo | 270 | 3 | 267 | 8.900,0 |
| Outros custos operacionais | 4.191 | (467) | 4.658 | (997,4) |
| | **58.728** | **61.577** | **(2.849)** | **(4,6)** |

Os custos da energia vendida reduziram em R$ 2.849 mil (4,6%) entre os exercícios em comparação, passando de R$ 61.577 mil em 2022 para R$ 58.728 mil em 2023. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

**a) Materiais e serviços de terceiros:** redução de R$ 11.250 entre os exercícios em análise, devido, principalmente, pela redução nos custos de manutenção, relacionados a prestação de serviços, manutenção e limpeza da usina.

**b) Encargos de uso de rede elétrica e de conexão:** aumento de R$ 1.103 mil entre os exercícios em análise, motivado pela atualização monetária prevista nos contratos.

**c) Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de curto prazo:** aumento de R$ 712 mil e de 267 mil, respectivamente, entre os exercícios em análise, totalizando um aumento de R$ 979 mil (15,5%). Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

**d) Outros custos operacionais:** o aumento de R$ 4.658 entre os exercícios analisados, deve-se a reversão de provisão de contingência cível no montante de R$ 4.354 mil, ocorrida em 2022, devido ao entendimento favorável à posição da Companhia.

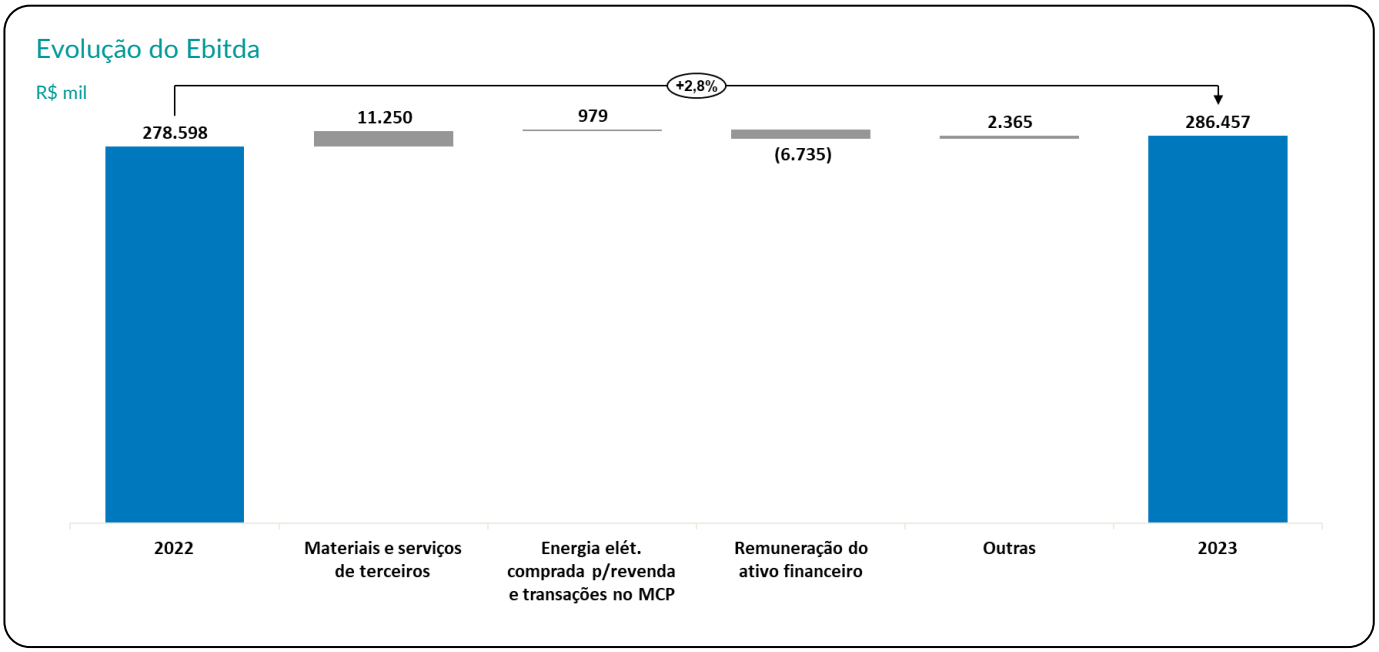
## 5.3 Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram um aumento de R$ 5.057 mil e um aumento de R$ 979 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo líquido de R$ 4.078 mil no lucro bruto da Companhia. Esse acréscimo é resultado, substancialmente, pela atualização monetária do contrato com a ENGIE.

## 5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2023 foi de R$ 286.457 mil, R$ 7.859 mil (2,8%) acima do apurado em 2022, de R$ 278.598 mil.




## 5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 8.290 mil (14,0%) entre os exercícios em análise, atingindo o montante de R$ 51.102 mil no 2023 (R$ 59.392 mil no 2022). A redução, decorre, principalmente, pela diminuição da variação monetária sobre as debêntures, em função, principalmente, da desaceleração do IPCA entre os exercícios.

## 5.6 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL aumentaram R$ 5.226 mil (7,5%), passando de R$ 69.773 mil em 2022 para R$ 74.999 mil em 2023, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL foi de 34,0% em 2023 e 2022.

## 5.7 Lucro líquido

O lucro líquido no 2023 foi de R$ 145.640 mil, R$ 10.486 mil (7,8%) superior aos R$ 135.154 mil apresentados no 2022, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

# 6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Governança, Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2021 a Usina foi certificada segundo as normas NBR ISO 9001 (Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional), o que assegura maior padronização e confiabilidade aos processos.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;

e) Monitoramento da ictiofauna;

f) Programa de Peixamento;

g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;

h) Programa de educação ambiental; e

i) Acervo arqueológico.

Destaca-se do ponto de vista ambiental a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Jacob, com 358 hectares, que representa uma importante área de preservação do bioma Cerrado, localizada à margem esquerda do Rio Araguari, município de Nova Ponte (MG), no entorno do reservatório da Usina. A Unidade representa um refúgio para espécies de fauna e flora locais, contribuindo com a preservação ambiental da região.

## 7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

## 8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

## 9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

## 10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2023.

A Administração

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

### ATIVO

| | Nota | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 40.904 | 47.258 |
| Contas a receber de clientes | 4 | 17.482 | 17.008 |
| Ativo financeiro de concessão | 5 | 143.314 | 138.098 |
| Outros ativos circulantes | | 4.283 | 4.933 |
| | | **205.983** | **207.297** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | |
| Ativo financeiro de concessão | 5 | 1.122.077 | 1.084.299 |
| Outros ativos não circulantes | | - | 55 |
| | | **1.122.077** | **1.084.354** |
| **Imobilizado** | 6 | **45.933** | **3.346** |
| **Intangível** | 7 | **332.603** | **346.492** |
| | | **1.500.613** | **1.434.192** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **1.706.596** | **1.641.489** |

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Nota | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores | | 16.202 | 5.811 |
| Dividendos | 12 | 85.160 | 12.840 |
| Debêntures | 9 | 116.394 | 98.285 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | 33.459 | 22.999 |
| Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* | 8 | - | 8.127 |
| Outros passivos circulantes | | 7.745 | 8.414 |
| | | **258.960** | **156.476** |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Debêntures | 9 | 300.061 | 394.484 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 10 | 162.481 | 133.966 |
| | | **462.542** | **528.450** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **721.502** | **684.926** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **11** | | |
| Capital social | | 590.713 | 582.663 |
| Reservas de lucros | | 394.381 | 326.740 |
| Dividendos adicionais propostos | 12 | - | 47.160 |
| | | **985.094** | **956.563** |
| **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **1.706.596** | **1.641.489** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | **13** | **331.123** | **327.026** |
| **Custos da energia vendida** | | | |
| Depreciação e amortização | | (14.716) | (14.279) |
| Materiais e serviços de terceiros | | (11.217) | (22.467) |
| Encargos de uso de rede elétrica e de conexão | | (10.356) | (9.253) |
| Pessoal | | (8.438) | (6.862) |
| Energia elétrica comprada para revenda | | (7.019) | (6.307) |
| *Royalties* | | (2.521) | (2.873) |
| Transações no mercado de energia de curto prazo | | (270) | (3) |
| Outros custos operacionais | | (4.191) | 467 |
| | | **(58.728)** | **(61.577)** |
| **LUCRO BRUTO** | | **272.395** | **265.449** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | | |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas | | (829) | (1.145) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | | 176 | 15 |
| **LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS** | | **271.742** | **264.319** |
| **Resultado financeiro** | | | |
| Receitas financeiras | 14 | 5.515 | 9.566 |
| Despesas financeiras | 14 | (56.617) | (68.958) |
| | | **(51.102)** | **(59.392)** |
| **LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO** | | **220.640** | **204.927** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | | |
| Corrente | 10 | (46.484) | (37.536) |
| Diferido | 10 | (28.515) | (32.237) |
| | | **(74.999)** | **(69.773)** |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | | **145.641** | **135.154** |
| **LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS** | **11** | **0,24744** | **0,24843** |

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **145.641** | **135.154** |
| **RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **145.641** | **135.154** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

| | | | Reservas de lucros | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | Capital social | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | Patrimônio líquido |
| **Saldos em 31.12.2021** | | **582.663** | **22.198** | **276.587** | **-** | **-** | **881.448** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 135.154 | 135.154 |
| Dividendos intermediários | | - | - | (47.199) | - | - | (47.199) |
| Destinações propostas à AGO[1]: | | | | | | | |
| - Reserva legal | 11.b.1 | - | 6.758 | - | - | (6.758) | - |
| - Dividendos mínimos obrigatórios | 12.a | - | - | - | - | (12.840) | (12.840) |
| - Dividendos adicionais propostos | 12.b | - | - | - | 47.160 | (47.160) | - |
| - Reserva de retenção de lucros | 11.b.2 | - | - | 68.396 | - | (68.396) | - |
| **Saldos em 31.12.2022** | **11** | **582.663** | **28.956** | **297.784** | **47.160** | **-** | **956.563** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 145.641 | 145.641 |
| Aumento de capital | 11.a | 8.050 | - | - | - | - | 8.050 |
| Dividendos adicionais propostos | 12.d | - | - | - | (47.160) | - | (47.160) |
| Dividendos intermediários | 12.d | - | - | (40.000) | - | - | (40.000) |
| Destinações propostas à AGO[1]: | | | | | | | |
| - Reserva legal | 11.b.1 | - | 7.282 | - | - | (7.282) | - |
| - Dividendos intercalares | 12.d | - | - | - | - | (38.000) | (38.000) |
| - Reserva de retenção de lucros | 11.b.2 | - | - | 100.359 | - | (100.359) | - |
| **Saldos em 31.12.2023** | **11** | **590.713** | **36.238** | **358.143** | **-** | **-** | **985.094** |

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro antes dos tributos sobre o lucro | 220.640 | 204.927 |
| Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações: | | |
| Remuneração do ativo financeiro de concessão | (177.557) | (184.292) |
| Juros e variação monetária | 54.992 | 70.240 |
| Depreciação e amortização | 14.716 | 14.279 |
| Outros | 506 | (6.500) |
| **Lucro antes dos tributos ajustado** | **113.297** | **98.654** |
| (Aumento) redução nos ativos | | |
| Contas a receber de clientes | (466) | 482 |
| Ativo financeiro de concessão | 134.563 | 124.496 |
| Outros ativos | (589) | (4.698) |
| Aumento (redução) nos passivos | | |
| Fornecedores | 5.257 | (1.393) |
| Outros passivos | (752) | 2.069 |
| **Caixa gerado pelas operações** | **251.310** | **219.610** |
| Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge* | (31.202) | (35.066) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (34.647) | (26.236) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **185.461** | **158.308** |
| **Atividades de investimento** | | |
| Aplicação no imobilizado e intangível | (38.279) | (578) |
| **Caixa líquido das atividades de investimento** | **(38.279)** | **(578)** |
| **Atividades de financiamento** | | |
| Pagamento de debêntures, líquido de *hedge* | (108.746) | (101.808) |
| Pagamento de dividendos | (52.840) | (60.000) |
| Aumento de capital | 8.050 | - |
| **Caixa líquido das atividades de financiamento** | **(153.536)** | **(161.808)** |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | **(6.354)** | **(4.078)** |
| **Conciliação do caixa e equivalentes de caixa** | | |
| Saldo inicial | 47.258 | 51.336 |
| Saldo final | 40.904 | 47.258 |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | **(6.354)** | **(4.078)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
## DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | | |
| Receita bruta de vendas | 170.080 | 158.092 |
| Remuneração do ativo financeiro de concessão | 177.557 | 184.292 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 176 | 15 |
| | **347.813** | **342.399** |
| **(-) Insumos** | | |
| Materiais e serviços de terceiros | (11.831) | (23.041) |
| Encargos de uso de rede elétrica e de conexão | (10.356) | (9.253) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (7.019) | (6.307) |
| Transações no mercado de energia de curto prazo | (270) | (3) |
| Outros | (3.738) | 420 |
| | **(33.214)** | **(38.184)** |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** | **314.599** | **304.215** |
| Depreciação e amortização | (14.716) | (14.279) |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO** | **299.883** | **289.936** |
| **VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA** | | |
| Receitas financeiras | 5.515 | 9.566 |
| **VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR** | **305.398** | **299.502** |

| | 2023 | % | 2022 | % |
|---|---|---|---|---|
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | | | | |
| **Remuneração:** | | | | |
| **Do trabalho** | | | | |
| Remuneração e encargos | 5.042 | 1,7 | 3.492 | 1,2 |
| Benefícios | 1.046 | 0,3 | 1.255 | 0,4 |
| Participação nos resultados | 730 | 0,2 | 855 | 0,3 |
| FGTS[1] | 321 | 0,1 | 243 | 0,1 |
| | **7.139** | **2,3** | **5.845** | **2,0** |
| **Do governo** | | | | |
| Impostos federais | 92.115 | 30,2 | 85.500 | 28,5 |
| Impostos estaduais | 69 | - | 2 | - |
| Encargos setoriais | 3.539 | 1,2 | 3.818 | 1,3 |
| | **95.723** | **31,4** | **89.320** | **29,8** |
| **Do capital de terceiros** | | | | |
| Juros, V.M.[2] e ajuste a valor justo de debêntures, líquidos de *hedge* | 55.507 | 18,2 | 68.120 | 22,7 |
| Aluguéis | 287 | 0,1 | 237 | 0,1 |
| Outras despesas financeiras | 1.101 | 0,4 | 826 | 0,3 |
| | **56.895** | **18,7** | **69.183** | **23,1** |
| **Do capital próprio** | | | | |
| Reserva legal | 7.282 | 2,4 | 6.758 | 2,3 |
| Dividendos | 38.000 | 12,4 | 60.000 | 20,0 |
| Reserva de retenção de lucros | 100.359 | 32,8 | 68.396 | 22,8 |
| | **145.641** | **47,6** | **135.154** | **45,1** |
| | **305.398** | **100,0** | **299.502** | **100,0** |

(1) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(2) Variação Monetária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
## DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

## NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408 MW[1] e 188,3 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada à Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

## NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

## c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:

| Estimativa | Nota Explicativa |
|---|---|
| Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão | 5 |
| Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos | 8 e 9 |
| Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração | 6 e 7 |

### e.1) Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão

A bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro de concessão, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração (RAG).

### e.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações financeiras. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas futuras de câmbio, de inflação, de taxas de juros de longo prazo e de preços de energia.

### e.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

## f) Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram novos pronunciamentos e revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

| Revisão e Normas impactadas | Correlação IASB | Data de aprovação (Brasil) | Aplicável a partir de | Impactos contábeis |
|---|---|---|---|---|
| **Pronunciamento Técnico CPC nº 50**<br>Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11). | IFRS 17 | 07.05.2021 | 01.01.2023 | Sem impactos relevantes. |
| **Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20**<br>Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; CPC 27 – Ativo imobilizado;<br>CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora. | *Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction* | 01.04.2022 | 01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata) | Sem impactos relevantes. |
| **Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22**<br>Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação. | IAS 32 | 04.08.2023 | 01.01.2023 | Sem impactos relevantes. |

## g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos ou alterações à pronunciamentos já existentes, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

| Revisão e Normas impactadas | Correlação IASB | Data de aprovação (Brasil) | Aplicável a partir de | Impactos contábeis |
|---|---|---|---|---|
| **Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23**<br>Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos. | IAS 1, IAS 7, IFRS 7 e IFRS 16 | 04.08.2023 | 01.01.2024 | Sem impactos relevantes. |
| **Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24**<br>Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação). | IAS 12 | 01.12.2023 | A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem. | Sem impactos relevantes. |

## h) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 04.03.2024.

## NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**Prática contábil:**

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

| | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|
| **Caixa e depósitos bancários à vista** | **246** | **188** |
| **Aplicações financeiras** | | |
| Fundo de Investimento Exclusivo | | |
| Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais | 40.658 | 47.070 |
| | **40.904** | **47.258** |

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2023, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

## NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

**Prática contábil:**

Contas a receber de clientes são reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

| | 31.12.2023 | *31.12.2022* |
|---|---|---|
| Distribuidoras | 9.497 | *9.019* |
| ENGIE Brasil Energia | 7.326 | *7.077* |
| Transações realizadas na CCEE[1] | 659 | *912* |
| | **17.482** | **17.008** |

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ambiente de contratação regulado é de aproximadamente 19 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre é de aproximadamente 15 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2023 e 31.12.2022, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

## NOTA 5. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

**Prática contábil:**

Corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do RBO, para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente. Os ativos financeiros de concessões são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

Em 27.09.2017, a Engie, Controladora da Companhia, foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física das usinas, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (10,5%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

O direito de extensão do prazo de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico, tratada na Nota 7 – Intangível, de aproximadamente 6 meses, não gerou direitos adicionais de recebimento de RBO.

### a) Composição

| | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Ativo financeiro de concessão | 143.314 | 1.122.077 | 1.265.391 | 138.098 | 1.084.299 | 1.222.397 |

### b) Mutação do ativo financeiro de concessão

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31.12.2021** | **1.162.601** |
| Recebimentos | (124.496) |
| Juros | 91.976 |
| Variação monetária | 92.316 |
| **Saldo em 31.12.2022** | **1.222.397** |
| Recebimentos | (134.563) |
| Juros | 91.144 |
| Variação monetária | 86.413 |
| **Saldo em 31.12.2023** | **1.265.391** |

### c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante

| | Total |
|---|---|
| 2025 | 119.091 |
| 2026 | 107.735 |
| 2027 | 97.462 |
| 2028 | 88.147 |
| 2029 | 79.740 |
| 2030 a 2034 | 298.108 |
| 2035 a 2047 | 331.794 |
| | **1.122.077** |

## NOTA 6. IMOBILIZADO

**Prática contábil:**

### Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

### a) Composição

| | | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Taxa média depreciação % (a.a.) | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido |
| **Em serviço** | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 2,7% | 28.714 | (1.609) | 27.105 | 3.592 | (842) | 2.750 |
| Móveis e utensílios | 5,3% | 768 | (114) | 654 | 428 | (73) | 355 |
| | | **29.482** | **(1.723)** | **27.759** | **4.020** | **(915)** | **3.105** |
| **Em curso** | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | 12.680 | - | 12.680 | 241 | - | 241 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 2.906 | - | 2.906 | - | - | - |
| Aquisições a ratear | | 2.588 | - | 2.588 | - | - | - |
| | | **18.174** | **-** | **18.174** | **241** | **-** | **241** |
| | | **47.656** | **(1.723)** | **45.933** | **4.261** | **(915)** | **3.346** |

## b) Mutação

| | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Imobilizado em curso | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31.12.2021** | **2.443** | **355** | **369** | **3.167** |
| Ingressos | 553 | - | - | 553 |
| Transferências | 102 | 26 | (128) | - |
| Depreciação | (348) | (26) | - | (374) |
| **Saldos em 31.12.2022** | **2.750** | **355** | **241** | **3.346** |
| Ingressos[1] | - | - | 43.401 | 43.401 |
| Transferências | 25.121 | 346 | (25.467) | - |
| Baixas | - | (5) | - | (5) |
| Depreciação | (765) | (41) | - | (806) |
| **Saldos em 31.12.2023** | **27.105** | **654** | **18.174** | **45.933** |

(1) O aumento do ingresso de imobilizado refere-se ao projeto de modernização da Companhia, para maiores detalhes vide NE 17 – Compromisso de Longo Prazo.

# NOTA 7. INTANGÍVEL

**Prática contábil:**

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

### Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda *(impairment)* é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

| | | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Período de amortização | Custo | Amortização acumulada | Total | Custo | Amortização acumulada | Total |
| Bonificação pela outorga | Até 2048 | 411.224 | (84.330) | 326.894 | 411.224 | (70.655) | 340.569 |
| Direito de uso de ativos[1] | Até 2048 | 6.347 | (638) | 5.709 | 6.326 | (403) | 5.923 |
| | | **417.571** | **(84.968)** | **332.603** | **417.550** | **(71.058)** | **346.492** |

(1) O valor de custo é composto por: (i) R$ 6.289 referente a repactuação do risco hidrológico; e (ii) R$ 58 referente a *Softwares*.

A movimentação do ativo intangível foi esta:

| | Bonificação pela outorga | Direitos de uso de ativos | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldos em 31.12.2021** | **354.244** | **6.116** | **360.360** |
| Ingressos | - | 37 | 37 |
| Amortização | (13.675) | (230) | (13.905) |
| **Saldos em 31.12.2022** | **340.569** | **5.923** | **346.492** |
| Ingressos | - | 21 | 21 |
| Amortização | (13.675) | (235) | (13.910) |
| **Saldos em 31.12.2023** | **326.894** | **5.709** | **332.603** |

### a) Bonificação pela outorga

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 5 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina Hidrelétrica Miranda para geração e venda de energia no ACL. Esse montante foi reconhecido no intangível e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão das Usinas.

### b) Direito de uso de ativos – repactuação do risco hidrológico

Nos exercícios de 2023 e 2022, as movimentações nos saldos de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica referem-se às amortizações dos exercícios, que estão sendo realizadas linearmente até o prazo final da extensão.

### c) Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

## NOTA 8. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

### a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

#### a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

### Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

**Prática contábil:**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este era o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia ao longo de 2023, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos de operações de *hedge* são estes:

| | 31.12.2022 |
|---|---|
| **Posição passiva** | |
| *Hedge* de valor justo sobre debêntures | 8.127 |
| | **8.127** |
| | |
| **Classificação no balanço patrimonial** | |
| Passivo circulante | 8.127 |
| | **8.127** |

### Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

| | Total |
|---|---|
| **Passivo em 31.12.2021** | **20.409** |
| Juros e variações monetárias | 932 |
| Ajuste a valor justo | (1.586) |
| Amortização de principal | (17.347) |
| Amortização de juros | 5.719 |
| **Passivo em 31.12.2022** | **8.127** |
| Juros e variações monetárias | 131 |
| Ajuste a valor justo | 630 |
| Amortização de principal | (10.258) |
| Amortização de juros | 1.370 |
| **Passivo em 31.12.2023** | - |

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31.12.2021** | **956** |
| Ajuste a valor justo reconhecido no resultado | (1.586) |
| **Saldo em 31.12.2022** | **(630)** |
| Ajuste a valor justo reconhecido no resultado | 630 |
| **Saldo em 31.12.2023** | - |

### a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos ao risco de variação do IPCA. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

| | Variação 12 meses | Cenário Provável | Sensibilidade | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Risco de variação do índice** | **31.12.2023** | **31.12.2024** | **Provável** | **Δ + 25% (1)** | **Administração** |
| IPCA | 4,6% | 3,9% | -0,7 p.p. | 1,0 p.p. | 0,1 p.p. |

(1) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2023, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2024 e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

| | Saldos em 31.12.2023 | Sensibilidade | | |
|---|---|---|---|---|
| | | **Provável** | **Δ + 25%** | **Administração** |
| **Risco de aumento (passivo)** | | | | |
| **Debêntures** | | | | |
| IPCA | 416.455 | 2.792 | (3.774) | (370) |
| **Risco de redução (ativo)** | | | | |
| **Ativo financeiro de concessão** | | | | |
| IPCA | 1.265.391 | (8.684) | (20.941) | 7.444 |

### b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros.

A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

| | **31.12.2023** | **31.12.2022** |
|---|---|---|
| Debêntures | 416.455 | 492.769 |
| Efeitos de *hedge* | - | 8.127 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (40.904) | (47.258) |
| **Dívida líquida** | **375.551** | **453.638** |
| **Patrimônio líquido** | **985.094** | **956.563** |
| **Endividamento líquido/Patrimônio líquido** | **0,4** | **0,5** |

### c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2023, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 9 – Debêntures).

## d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

### d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 15 – Transações com partes relacionadas.

### d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

### d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia era o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

## e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

| | Até 1 ano | De 2 a 3 anos | De 4 a 5 anos | Total | Contábil |
|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | 16.202 | - | - | 16.202 | 16.202 |
| Debêntures[1] | 141.683 | 265.290 | 67.454 | 474.427 | 416.455 |
| | **157.885** | **265.290** | **67.454** | **490.629** | **432.657** |

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

## f) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Miranda, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um "condomínio", em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2023, a parcela da Usina Hidrelétrica Miranda destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 131,8 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e também está blindada desse risco, vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos da Lei nº 14.052/2020. Mais detalhes estão apresentados na Nota 7 – Intangível.

## g) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

| | Hierarquia | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | |
| Aplicações financeiras | Nível 1 | 40.658 | 47.070 |
| **Custo amortizado** | | | |
| Caixa e depósitos bancários à vista | N.A. | 246 | 188 |
| Contas a receber de clientes | N.A. | 17.482 | 17.008 |
| Ativo financeiro de concessão | N.A. | 1.265.391 | 1.222.397 |
| | | **1.323.777** | **1.286.663** |
| **Passivos financeiros** | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | |
| Debêntures | Nível 2 | - | 32.809 |
| Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures | Nível 2 | - | 8.127 |
| **Custo amortizado** | | | |
| Fornecedores | N.A. | 16.202 | 5.811 |
| Debêntures | N.A. | 416.455 | 459.960 |
| | | **432.657** | **506.707** |

### Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

### h) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

| | 31.12.2023 | | 31.12.2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Contábil | Mercado | Contábil | Mercado |
| Ativo financeiro de concessão | 1.265.391 | 1.288.987 | 1.222.397 | 1.210.198 |
| Debêntures | 416.455 | 426.218 | 492.769 | 492.985 |

## NOTA 9. DEBÊNTURES

**Prática contábil:**

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

### a) Composição

| | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| **Mensurados ao valor justo** | | | | | | |
| Debêntures – 1ª emissão | - | - | - | 32.610 | - | 32.610 |
| Encargos | - | - | - | 199 | - | 199 |
| | **-** | **-** | **-** | **32.809** | **-** | **32.809** |
| **Mensurados ao custo amortizado** | | | | | | |
| Debêntures – 1ª emissão | 115.451 | 300.061 | 415.512 | 64.201 | 394.484 | 458.685 |
| Encargos | 943 | - | 943 | 1.275 | - | 1.275 |
| | **116.394** | **300.061** | **416.455** | **65.476** | **394.484** | **459.960** |
| **Debêntures** | **116.394** | **300.061** | **416.455** | **98.285** | **394.484** | **492.769** |
| Efeitos do *hedge* (*swap*) | | | | | | |
| Posição passiva | - | - | - | 8.127 | - | 8.127 |
| Debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge* | **116.394** | **300.061** | **416.455** | **106.412** | **394.484** | **500.896** |

## b) Mutação das debêntures

| | Total |
|---|---|
| **Saldo em 31.12.2021** | **549.241** |
| Juros | 42.961 |
| Variações monetárias | 26.373 |
| Ajuste a valor justo | (560) |
| Amortização do principal | (84.461) |
| Amortização de juros | (40.785) |
| **Saldo em 31.12.2022** | **492.769** |
| Juros | 33.819 |
| Variações monetárias | 21.049 |
| Ajuste a valor justo | (122) |
| Amortização do principal | (98.488) |
| Amortização de juros | (32.572) |
| **Saldo em 31.12.2023** | **416.455** |

## c) Principais condições contratadas

| | | | Condições de Pagamento | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Remuneração | Encargos | Principal | Vencimento | Saldos em 31.12.2023 |
| 1ª Emissão - Série 2 | 386.000 | IPCA + 6,4962% a.a. | Semestrais a partir de 12.2018 | Semestrais a partir de 06.2020 | 06.2027 | 416.455 |

## d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

## e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

| | Total |
|---|---|
| 2025 | 113.578 |
| 2026 | 121.618 |
| 2027 | 64.865 |
| | **300.061** |

## f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

| Dívida | *Covenants* | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Debêntures - 1ª emissão | Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1 | 2,15 |

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

## NOTA 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

**Prática contábil:**

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

#### a.1) Composição

| Natureza dos créditos | Base de cálculo | IR | CSLL | 31.12.2023 Total | 31.12.2022 Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo:** | | | | | |
| Remuneração do ativo financeiro de concessão | 1.010.689 | 252.672 | 90.962 | 343.634 | 283.265 |
| Intangível de bonificação pela outorga | 194.564 | 48.641 | 17.511 | 66.152 | 55.424 |
| Repactuação do risco hidrológico | 5.655 | 1.414 | 509 | 1.923 | 2.001 |
| | | **302.727** | **108.982** | **411.709** | **340.690** |
| **Ativo:** | | | | | |
| RBO | 706.662 | 176.666 | 63.600 | 240.266 | 194.382 |
| Custo de gestão de infraestrutura da usina | 25.260 | 6.315 | 2.273 | 8.588 | 9.158 |
| Perdas não realizados em operações de *hedge* | - | - | - | - | 2.764 |
| Outros | 1.098 | 275 | 99 | 374 | 420 |
| | | **183.256** | **65.972** | **249.228** | **206.724** |
| **Valor líquido** | | **119.471** | **43.010** | **162.481** | **133.966** |

#### a.2) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31.12.2021** | **101.729** |
| Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício | 32.237 |
| **Saldo em 31.12.2022** | **133.966** |
| Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício | 28.515 |
| **Saldo em 31.12.2023** | **162.481** |

### a.3) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

| | Ativo | Passivo |
|---|---|---|
| 2024 | 15.042 | 37.779 |
| 2025 | 5.700 | 34.155 |
| 2026 | 9.203 | 30.899 |
| 2027 | 9.203 | 27.967 |
| 2028 | 9.203 | 25.280 |
| 2029 a 2031 | 9.203 | 18.889 |
| 2032 a 2034 | 9.203 | 18.889 |
| 2035 a 2037 | 9.203 | 18.889 |
| 2038 em diante | 173.268 | 198.962 |
| | **249.228** | **411.709** |

## b) Conciliação dos tributos no resultado

**Prática contábil:**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

| | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | IR | CS | Total | IR | CS | Total |
| **Resultado antes dos tributos** | **220.640** | **220.640** | **220.640** | **204.927** | **204.927** | **204.927** |
| Alíquota nominal | 25% | 9% | 34% | 25% | 9% | 34% |
| **Tributos às alíquotas nominais** | **(55.160)** | **(19.858)** | **(75.018)** | **(51.232)** | **(18.443)** | **(69.675)** |
| Outros | 20 | (1) | 19 | (66) | (32) | (98) |
| | **(55.140)** | **(19.859)** | **(74.999)** | **(51.298)** | **(18.475)** | **(69.773)** |
| **Composição dos tributos no resultado** | | | | | | |
| Corrente | (34.173) | (12.311) | (46.484) | (27.594) | (9.942) | (37.536) |
| Diferido | (20.967) | (7.548) | (28.515) | (23.704) | (8.533) | (32.237) |
| | **(55.140)** | **(19.859)** | **(74.999)** | **(51.298)** | **(18.475)** | **(69.773)** |
| **Alíquota efetiva** | **25%** | **9%** | **34%** | **25%** | **9%** | **34%** |

# NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social subscrito e integralizado

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.12.2023, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado no segundo semestre de 2023, no montante de R$ 8.050.

Desta forma o capital social da Companhia, em 31.12.2023 é de R$ 590.713 (R$ 582.663 em 31.12.2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 590.713.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 590.713.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

## b) Reserva de lucros

### b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

### b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do montante de R$ 100.359 (em 31.12.2022 foi destinado R$ 68.397). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

## c) Lucro por ação básico e diluído

| | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | 145.641 | 135.154 |
| Média de ações ordinárias | 590.713.140 | 582.663.140 |
| **Lucro por ação básico e diluído – Em reais** | **0,24744** | **0,23196** |

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

# NOTA 12. DIVIDENDOS

**Prática contábil:**

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela AGO.

## a) Cálculo

| | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|
| **Base de cálculo dos dividendos ajustada** | | |
| Lucro líquido do exercício | 145.641 | 135.154 |
| Reserva legal | (7.282) | (6.758) |
| **Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos** | **138.359** | **128.396** |
| **Dividendos propostos** | | |
| Dividendos intercalares | 38.000 | 12.840 |
| **Total dos dividendos anuais** | **38.000** | **12.840** |
| **Percentual do lucro líquido ajustado** | **27%** | **10%** |

## b) Composição do saldo de dividendos a pagar

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31.12.2021** | **12.801** |
| **Dividendos aprovados** | **60.039** |
| Dividendos mínimo obrigatórios - exercício 2022 | 12.840 |
| Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2021 | 47.199 |
| **Dividendos pagos** | **(60.000)** |
| Dividendos mínimo obrigatórios - exercício 2020 | (343) |
| Dividendos mínimo obrigatórios - exercício 2021 | (12.458) |
| Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2021 | (47.199) |
| **Saldo em 31.12.2022** | **12.840** |
| **Dividendos aprovados** | **125.160** |
| Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2022 | 40.000 |
| Dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2022 | 47.160 |
| Dividendos intercalares - exercício 2023 | 38.000 |
| **Dividendos pagos** | **(52.840)** |
| Dividendos intermediários com base no saldo da conta de reserva de retenção de lucros - exercício de 2022 | (40.000) |
| Dividendos mínimo obrigatórios - exercício 2022 | (12.840) |
| **Saldo em 31.12.2023** | **85.160** |

## c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

## d) Distribuição de dividendos

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 09.01.2023, aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base na reserva de retenção de lucro do exercício de 2022, no valor de R$ 40.000 (R$ 0,06865030098 por ação), e a data de pagamento ocorreu em 19.01.2023.

Em 28.04.2023, na 6ª AGO da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2022 no valor de R$ 12.840 (R$ 0,02203617649 por ação), e a data de pagamento ocorreu em 24.05.2023. Ademais, na mesma AGO, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos do exercício de 2022, no valor de R$ 47.160 (R$ 0,08093927417 por ação). A data de pagamento será definida pela Diretoria Executiva da Companhia posteriormente.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 13.12.2023, aprovou a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados 30.11.2023, no valor de R$ 38.000 (R$ 0,06521778493 por ação). A data de pagamento será definida pela Diretoria Executiva da Companhia posteriormente.

# NOTA 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

**Prática contábil:**

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia recebe, para a energia vendida no ACR, como parte da RAG, a parcela referente à GAG, a qual é destinada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção da Usina e visa evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão, vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Receita operacional bruta** | | |
| Suprimento de energia elétrica | 90.662 | 85.248 |
| Receita GAG - operação e manutenção | 77.414 | 71.050 |
| Transações no mercado de curto prazo | 2.004 | 1.794 |
| | **170.080** | **158.092** |
| **Deduções da receita operacional** | | |
| PIS e Cofins | (15.732) | (14.624) |
| Pesquisa e desenvolvimento | (782) | (734) |
| | **(16.514)** | **(15.358)** |
| **Remuneração de ativo financeiro de concessão** | **177.557** | **184.292** |
| **Receita operacional líquida** | **331.123** | **327.026** |

## NOTA 14. RESULTADO FINANCEIRO

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Renda de aplicações financeiras | 5.480 | 9.528 |
| Juros sobre valores a receber | 16 | 37 |
| Outros juros e variações monetárias | - | 1 |
| Outras receitas financeiras | 19 | - |
| | **5.515** | **9.566** |
| **Despesas financeiras** | | |
| Juros e variação monetária sobre | | |
| Debêntures | 54.868 | 69.334 |
| *Hedge* de valor justo sobre debêntures | 131 | 932 |
| Outros | 9 | 12 |
| Ajuste a valor justo | 508 | (2.146) |
| Outras despesas financeiras | 1.101 | 826 |
| | **56.617** | **68.958** |
| **Resultado financeiro** | **51.102** | **59.392** |

## NOTA 15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

### a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

## b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

| | Ativo | Passivo | | |
|---|---|---|---|---|
| | Contas a receber de clientes | Fornecedores | | Dividendos |
| | | Energia | Outros | |
| **31.12.2023** | | | | |
| ENGIE Brasil Energia | 7.326 | - | 240 | 85.160 |
| **Total** | **7.326** | **-** | **240** | **85.160** |
| **31.12.2022** | **7.077** | **500** | **1.401** | **12.840** |

## c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 57,5 MW médios, ao preço de R$ 171,19/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2023 era de R$ 457.263.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 foram:

| | Receita | Custos e Despesas | |
|---|---|---|---|
| | Venda de Energia[1] | Compra de Energia | Serviços de Terceiros |
| **2023** | | | |
| ENGIE Brasil Energia | 82.276 | 7.019 | 516 |
| Outras | - | - | 527 |
| **Total** | **82.276** | **7.019** | **1.043** |
| **2022** | **77.363** | **6.307** | **2.441** |

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

## d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

# NOTA 16. SEGUROS

## a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2024 e o valor da cobertura é R$ 1.951.553, sendo R$ 1.873.404 referente a danos materiais e R$ 78.149 a lucros cessantes.

## NOTA 17. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 em diante | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Utilização do sistema | 33.863 | 33.863 | 33.863 | 33.863 | 33.863 | 643.405 | 812.720 |
| Modernização | 8.979 | 1.279 | 1.136 | - | - | - | 11.394 |
| Contratos de operação e manutenção | 2.170 | 2.170 | 1.989 | - | - | - | 6.329 |
| **Saldo em 31.12.2023** | **45.012** | **37.312** | **36.988** | **33.863** | **33.863** | **643.405** | **830.443** |

### a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD), o qual tem vigência até a data de término da concessão.

### b) Modernização

No exercício de 2023, a Companhia manteve contratos de modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia para as três unidades geradoras e sistemas comuns da Usina.

### c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2023, a Companhia manteve contrato de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente, com vigência até 2026.

## NOTA 18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Fornecedores de imobilizado e intangível | 5.143 | 12 |
| Crédito de imposto de renda e contribuição social | (1.304) | (2.119) |

## NOTA 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a) Destinação de resultados de 2023

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 04.03.2024, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição reserva de retenção de lucros no montante de R$ 100.359.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Balanço patrimonial e demonstração do resultado ajustados por efeitos regulatórios.

Mais informações vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

| ATIVO | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
| | Notas | Societário | Ajustes | Regulatório | Societário | Ajustes | Regulatório |
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 40.904 | - | 40.904 | 47.258 | - | 47.258 |
| Contas a receber de clientes | (i) | 17.482 | 12.585 | 30.067 | 17.008 | 12.199 | 29.207 |
| Ativo financeiro de concessão | (i) | 143.314 | (143.314) | - | 138.098 | (138.098) | - |
| Outros ativos circulantes | | 4.283 | - | 4.283 | 4.933 | - | 4.933 |
| | | **205.983** | **(130.729)** | **75.254** | **207.297** | **(125.899)** | **81.398** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | | | | | |
| Ativo financeiro de concessão | (i) | 1.122.077 | (1.122.077) | - | 1.084.299 | (1.084.299) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (ii) | - | - | - | - | 1.184 | 1.184 |
| Outros ativos não circulantes | | - | - | - | 55 | - | 55 |
| | | **1.122.077** | **(1.122.077)** | **-** | **1.084.354** | **(1.083.115)** | **1.239** |
| **Imobilizado** | **(i)** | **45.933** | **25.245** | **71.178** | **3.346** | **26.909** | **30.255** |
| **Intangível** | **(i)** | **332.603** | **754.225** | **1.086.828** | **346.492** | **785.790** | **1.132.282** |
| | | **1.500.613** | **(342.607)** | **1.158.006** | **1.434.192** | **(270.416)** | **1.163.776** |
| **TOTAL** | | **1.706.596** | **(473.336)** | **1.233.260** | **1.641.489** | **(396.315)** | **1.245.174** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
| | Notas | Societário | Ajustes | Regulatório | Societário | Ajustes | Regulatório |
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Fornecedores | | 16.202 | - | 16.202 | 5.811 | - | 5.811 |
| Dividendos | | 85.160 | - | 85.160 | 12.840 | - | 12.840 |
| Debêntures | | 116.394 | - | 116.394 | 98.285 | - | 98.285 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | 33.459 | - | 33.459 | 22.999 | - | 22.999 |
| Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* | | - | - | - | 8.127 | - | 8.127 |
| Outros passivos circulantes | | 7.745 | - | 7.745 | 8.414 | - | 8.414 |
| | | **258.960** | **-** | **258.960** | **156.476** | **-** | **156.476** |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Debêntures | | 300.061 | - | 300.061 | 394.484 | - | 394.484 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (ii) | 162.481 | (160.935) | 1.546 | 133.966 | (133.966) | - |
| | | **462.542** | **(160.935)** | **301.607** | **528.450** | **(133.966)** | **394.484** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **985.094** | **(312.401)** | **672.693** | **956.563** | **(262.349)** | **694.214** |
| **TOTAL** | | **1.706.596** | **(473.336)** | **1.233.260** | **1.641.489** | **(396.315)** | **1.245.174** |

| | | RESULTADO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 2023 | | | 2022 | | |
| | Notas | Societário | Ajustes | Regulatório | Societário | Ajustes | Regulatório |
| Receita Operacional Líquida | | 331.123 | (14.430) | 316.693 | 327.026 | (29.385) | 297.641 |
| Custos operacionais | | (58.728) | (61.407) | (120.135) | (61.577) | (48.773) | (110.350) |
| **LUCRO BRUTO** | **(i)** | **272.395** | **(75.837)** | **196.558** | **265.449** | **(78.158)** | **187.291** |
| Despesas operacionais, líquidas | | (653) | - | (653) | (1.130) | - | (1.130) |
| **LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS** | | **271.742** | **(75.837)** | **195.905** | **264.319** | **(78.158)** | **186.161** |
| Resultado financeiro | | (51.102) | - | (51.102) | (59.392) | - | (59.392) |
| **LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO** | | **220.640** | **(75.837)** | **144.803** | **204.927** | **(78.158)** | **126.769** |
| Imposto de renda e contribuição social | (ii) | (74.999) | 25.785 | (49.214) | (69.773) | 26.574 | (43.199) |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | | **145.641** | **(50.052)** | **95.589** | **135.154** | **(51.584)** | **83.570** |

**Efeitos de contabilização de contratos de concessão**

**(i) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão, intangível e imobilizado**

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

**(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 04 de março de 2024.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Eduardo Takamori Guiyotuku
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

## DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e
de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

## DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Building a better working world

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
**Companhia Energética Miranda S.A.**
Florianópolis/SC

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Miranda S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Building a better working world

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

*Reconhecimento de receita*

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância dos valores envolvidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu R$ 177.557 mil decorrente de juros e atualização monetária do ativo financeiro da concessão, R$ 90.662 mil decorrente do suprimento de energia elétrica e R$ 2.044 decorrente de transações no mercado de curto prazo.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:
(i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, transações no mercado de curto prazo e da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(ii) Avaliação da razoabilidade das estimativa contábeis da receita, reconhecida ao final do exercício;
(iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da estimativa da receita de fornecimento de energia elétrica ao final do exercício;
(iv) Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada pela Companhia;
(v) Recálculo da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(vi) Teste de recebimento e pagamento subsequente de faturas, por amostragem; e
(vii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a receita, incluídas na nota 13 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento da receita, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações.

**Outros assuntos**

*Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação

suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 -Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos

Building a better working world

os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 04 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercícios de 2023 e 2022


## Companhia Energética Miranda

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica

Florianópolis – SC | CEP 88025-255

CNPJ 28.942.127/0001-49 | NIRE 42 3 0004595-1

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração Regulatório e as correspondentes Demonstrações Financeiras Regulatórias, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Aneel para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 179 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 MW e energia assegurada de 188,3 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 11 anos, também isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

## 2. Estrutura e Controle Acionário

Com 590.713.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 590.713 mil ao final de 2023, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

### 2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por três Diretorias, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Na 5ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 02.06.2023, foi eleito o senhor Eduardo Takamori Guiyotoko como membro do Conselho de Administração, em substituição a Marcelo Cardoso Malta. Após essa data, o Conselho de Administração passa a ser composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Eduardo Takamori Guiyotoko.

No dia 13.12.2023, na 34ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, e em 31.12.2023 contava com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Marcelo Brugnaro Schultz na posição de Diretor Técnico-Operacional e Romary dos Anjos Silva no cargo de Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores.

### 2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora do leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017, para a aquisição da concessão da Usina, com uma oferta de R$ 1.360 milhões, resultando em ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE). A ENGIE assumiu a operação e manutenção da Usina em 29.12.2017, quando iniciou-se a contagem do prazo de concessão.

## 3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das *commodities* no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das *commodities*, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

## 4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração bruta da Usina Hidrelétrica Miranda foi de 1.172,9 GWh, 3,5% superior à que a obtida em 2022, de 1.133,5 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano de 2023 foi de 81,8%, 17,2 p.p. abaixo dos 99,0% atingidos no ano anterior. A redução da disponibilidade se deu devido às paradas operacionais decorrentes das obras para realização de modernizações realizadas na Usina durante o ano.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

A assinatura do contrato para modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia foi firmado junto aos fornecedores ao final de 2021. Em 2022, foram realizadas as fabricações, aquisições e testes em fábrica dos novos equipamentos. Em 2023, foi concluída a modernização de duas unidades geradoras.

## 5. Desempenho Econômico-financeiro

| Indicadores de resultado | 2023 | 2022 | Var. (R$) | Var. (%) |
|---|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 316.693 | 297.641 | 19.052 | 6,4% |
| Lucro da atividade | 195.905 | 186.161 | 9.744 | 5,2% |
| Margem da atividade | 61,9% | 62,5% | - | -0,7% |
| Ebitda (Lajida)[1] | 242.894 | 232.472 | 10.422 | 4,5% |
| Depreciação e amortização | (46.989) | (46.311) | (678) | 1,5% |
| Resultado financeiro | (51.102) | (59.392) | 8.290 | -14,0% |
| Imposto de renda e contribuição social | (49.214) | (43.199) | (6.015) | 13,9% |
| Lucro líquido | 95.589 | 83.570 | 12.019 | 14,4% |

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

### 5.1 Receita operacional líquida

Em 2023, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R$ 19.051 mil (6,4%), atingindo R$ 316.692 mil, frente aos R$ 297.641 mil reconhecidos em 2022. Essa variação é consequência dos seguintes eventos: (i) aumento de R$ 15.570 mil na receita das operações de energia elétrica com distribuidoras, em virtude, basicamente, de atualização monetária; (ii) aumento de R$ 5.415 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais com partes relacionadas; e (iii) acréscimo de R$ 210 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo. Mais detalhes sobre os itens (ii) e (iii) estão comentados no item “transações de energia” apresentado a seguir.

### 5.2 Custos gerenciáveis e não gerenciáveis

Os custos gerenciáveis e não gerenciáveis aumentaram em R$ 9.308 mil (8,3%) entre os períodos em comparação, passando de R$ 111.480 mil em 2022 para R$ 120.787 mil em 2023. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

**a) Materiais e serviços de terceiros:** redução de R$ 2.079 entre os exercícios em análise, devido, principalmente, pela redução nos custos de manutenção, relacionados a prestação de serviços, manutenção e limpeza da usina.

**b) Outros custos operacionais:** o aumento de R$ 5.733 entre os exercícios analisados, deve-se a reversão de provisão de contingência cível no montante de R$ 4.354 mil, ocorrida em 2022, devido ao entendimento favorável à posição da Companhia.

### 5.3 Transações de energia entre partes relacionadas e no mercado de curto prazo

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram um aumento de R$ 5.057 mil e um aumento de R$ 979 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo líquido de R$ 4.078 mil no lucro bruto da Companhia. Esse acréscimo é resultado, substancialmente, pela atualização monetária do contrato com a ENGIE.

### 5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2023 foi de R$ 242.894 mil, R$ 10.422 mil (4,5%) acima do apurado em 2022, de R$ 232.472 mil.

### 5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 8.290 mil (14,0%) entre os exercícios em análise, atingindo o montante de R$ 51.102 mil no 2023 (R$ 59.392 mil no 2022). A redução, decorre, principalmente, pela diminuição da variação monetária sobre as debêntures, em função, principalmente, da desaceleração do IPCA entre os exercícios.

### 5.6 Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL aumentaram R$ 6.015 mil (13,9%), passando de R$ 43.199 mil em 2022 para R$ 49.214 mil em 2023, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL foi de 34,0% em 2023 e 2022.

### 5.7 Lucro líquido

O lucro líquido no 2023 foi de R$ 95.589 mil, R$ 12.019 mil (14,4%) superior aos R$ 83.570 mil apresentados no 2022, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

É importante destacar que quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Governança, Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2021 a Usina foi certificada segundo as normas NBR ISO 9001 (Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional), o que assegura maior padronização e confiabilidade aos processos.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;

e) Monitoramento da ictiofauna;

f) Programa de Peixamento;

g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;

h) Programa de educação ambiental; e

i) Acervo arqueológico.

Destaca-se do ponto de vista ambiental a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Jacob, com 358 hectares, que representa uma importante área de preservação do bioma Cerrado, localizada à margem esquerda do Rio Araguari, município de Nova Ponte (MG), no entorno do reservatório da Usina. A Unidade representa um refúgio para espécies de fauna e flora locais, contribuindo com a preservação ambiental da região.

## 7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

## 8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

## 9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

## 10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2023.

A Administração

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
## BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS
## LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

| ATIVO | Nota | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 40.904 | 47.258 |
| Concessionárias e permissionárias | 4 | 30.067 | 29.207 |
| Outros ativos circulantes | | 4.283 | 4.933 |
| | | **75.254** | **81.398** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | - | 1.184 |
| Outros ativos não circulantes | | - | 55 |
| | | **-** | **1.239** |
| **Imobilizado** | **5** | **71.178** | **30.255** |
| **Intangível** | **6** | **1.086.828** | **1.132.282** |
| | | **1.158.006** | **1.163.776** |
| **TOTAL DO ATIVO** | | **1.233.260** | **1.245.174** |

| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Nota | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | |
| Fornecedores | | 16.202 | 5.811 |
| Dividendos | | 85.160 | 12.840 |
| Debêntures | 8 | 116.394 | 98.285 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | 33.459 | 22.999 |
| Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* | 7 | - | 8.127 |
| Outros passivos circulantes | | 7.745 | 8.414 |
| | | **258.960** | **156.476** |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Debêntures | 8 | 300.061 | 394.484 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 1.546 | - |
| | | **301.607** | **394.484** |
| **TOTAL DO PASSIVO** | | **560.567** | **550.960** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **9** | | |
| Capital social | | 590.713 | 582.663 |
| Reservas de lucros | | 394.381 | 326.740 |
| Dividendos adicionais propostos | | - | 47.160 |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | | (312.401) | (262.349) |
| | | **672.693** | **694.214** |
| **TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **1.233.260** | **1.245.174** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** | 10 | | |
| Suprimento de energia elétrica | | 350.366 | 329.381 |
| Energia elétrica de curto prazo | | 2.004 | 1.794 |
| | | **352.370** | **331.175** |
| **Deduções da receita bruta** | | | |
| **Tributos** | | | |
| PIS | | (5.813) | (5.465) |
| Cofins | | (26.780) | (25.169) |
| **Encargos – Parcela "A"** | | | |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | | (3.084) | (2.900) |
| | | **(35.677)** | **(33.534)** |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | | **316.693** | **297.641** |
| **Custos não gerenciáveis – Parcela "A"** | | | |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (32.941) | (33.804) |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | | (7.293) | (6.677) |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica | | (1.056) | (970) |
| | | **(41.290)** | **(41.451)** |
| **LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS** | | **275.403** | **256.190** |
| **Custos gerenciáveis – Parcela "B"** | | | |
| Depreciação e amortização | | (46.989) | (46.311) |
| Material e serviços de terceiros | | (12.174) | (10.094) |
| Compra de energia, inclusive CCEE | | (7.289) | (6.310) |
| Outros custos operacionais | | (13.046) | (7.313) |
| | | **(79.498)** | **(70.028)** |
| **LUCRO DA ATIVIDADE** | | **195.905** | **186.162** |
| **Resultado financeiro** | **11** | | |
| Receitas financeiras | | 5.515 | 9.566 |
| Despesas financeiras | | (56.617) | (68.958) |
| | | **(51.102)** | **(59.392)** |
| **LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO** | | **144.803** | **126.770** |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 12 | (46.484) | (37.536) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 12 | (2.730) | (5.663) |
| | | **(49.214)** | **(43.199)** |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | | **95.589** | **83.571** |
| **Lucro por ação básico e diluído – em reais** | | **0,1618** | **0,1434** |

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | **95.589** | **83.571** |
| **RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO** | **95.589** | **83.571** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

| | Nota | Capital social | Reservas de lucros | | Proventos excedentes da contabilidade societária | Dividendos adicionais propostos | Lucros acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | | | | |
| **Saldos em 31.12.2021** | | **582.663** | **22.198** | **276.587** | **(210.766)** | **-** | **-** | **670.682** |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | | - | - | - | (51.583) | - | 51.583 | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 83.571 | 83.571 |
| Dividendos intermediários | | - | - | (47.199) | - | - | - | (47.199) |
| Destinações propostas à AGO[1]: | | | | | | | | |
| - Reserva legal | | - | 6.758 | - | - | - | (6.758) | - |
| - Dividendos mínimos obrigatórios | | - | - | - | - | - | (12.840) | (12.840) |
| - Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | - | 47.160 | (47.160) | - |
| - Reserva de retenção de lucros | | - | - | 68.396 | - | - | (68.396) | - |
| **Saldos em 31.12.2022** | **9** | **582.663** | **28.956** | **297.784** | **(262.349)** | **47.160** | **-** | **694.214** |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | | - | - | - | (50.052) | - | 50.052 | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 95.589 | 95.589 |
| Aumento de capital | | 8.050 | - | - | - | - | - | 8.050 |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | - | (47.160) | - | (47.160) |
| Dividendos intermediários | | - | - | (40.000) | - | - | - | (40.000) |
| Destinações propostas à AGO[1]: | | | | | | | | |
| - Reserva legal | | - | 7.282 | - | - | - | (7.282) | - |
| - Dividendos intercalares | | - | - | - | - | - | (38.000) | (38.000) |
| - Reserva de retenção de lucros | | - | - | 100.359 | - | - | (100.359) | - |
| **Saldos em 31.12.2023** | **9** | **590.713** | **36.238** | **358.143** | **(312.401)** | **-** | **-** | **672.693** |

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

**(Em milhares de reais)**

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro antes dos tributos sobre o lucro | 144.803 | 126.770 |
| Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações: | | |
| Juros e variação monetária | 54.992 | 70.240 |
| Depreciação e amortização | 46.989 | 46.311 |
| Outros | 506 | (6.500) |
| **Lucro antes dos tributos ajustado** | **247.290** | **236.821** |
| (Aumento) redução nos ativos | | |
| Concessionárias e permissionárias | (860) | (815) |
| Outros ativos | (589) | (4.698) |
| Aumento (redução) nos passivos | | |
| Fornecedores | 5.257 | (1.393) |
| Outros passivos | (752) | 2.069 |
| **Caixa gerado pelas operações** | **250.346** | **231.984** |
| Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge* | (31.202) | (35.066) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (34.647) | (26.236) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **184.497** | **170.682** |
| **Atividades de investimento** | | |
| Aplicação no imobilizado e intangível | (37.315) | (12.952) |
| **Caixa líquido das atividades de investimento** | **(37.315)** | **(12.952)** |
| **Atividades de financiamento** | | |
| Pagamento de debêntures, líquido de *hedge* | (108.746) | (101.808) |
| Dividendos pagos | (52.840) | (60.000) |
| Aumento de capital | 8.050 | - |
| **Caixa líquido das atividades de financiamento** | **(153.536)** | **(161.808)** |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | **(6.354)** | **(4.078)** |
| **Conciliação do caixa e equivalentes de caixa** | | |
| Saldo inicial | 47.258 | 51.336 |
| Saldo final | 40.904 | 47.258 |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | **(6.354)** | **(4.078)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
## CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS
## DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
**(Em milhares de reais)**

## NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408 MW[1] e 188,3 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

## NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933, de 18.05.2021.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 17 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras regulatórias como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

### b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

## NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**Prática contábil:**

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

| | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|
| **Caixa e depósitos bancários à vista** | **246** | **188** |
| **Aplicações financeiras** | | |
| Fundo de Investimento Exclusivo | | |
| Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais | 40.658 | 47.070 |
| | **40.904** | **47.258** |

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2023, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

## NOTA 4. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

**Prática contábil:**

Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

| | 31.12.2023 | *31.12.2022* |
|---|---|---|
| Distribuidoras | 22.082 | 21.218 |
| ENGIE Brasil Energia | 7.326 | 7.077 |
| Transações realizadas na CCEE[1] | 659 | 912 |
| | **30.067** | **29.207** |

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ambiente de contratação regulado é de aproximadamente 19 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre é de aproximadamente 15 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2023 e 31.12.2022, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

## NOTA 5. IMOBILIZADO

**Prática contábil:**

### Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

Em 27.09.2017, a ENGIE, controladora da Companhia, foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

A composição e mutação do imobilizado está abaixo apresentada:

| Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil | Valor Bruto em 31.12.2022 | Adições | Baixas | Transferências | Valor bruto em 31.12.2023 | Adições líquidas | Depreciação acumulada | Valor líquido em 31.12.2023 | Valor líquido em 31.12.2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Máquinas e equipamentos | 292.918 | - | (1.054) | 28.210 | 320.074 | 27.156 | (282.995) | 37.079 | 10.019 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | 843.735 | - | - | 310 | 844.045 | 310 | (842.957) | 1.088 | 816 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 154.521 | - | - | 4.371 | 158.892 | 4.371 | (152.020) | 6.872 | 2.783 |
| Móveis e utensílios | 428 | - | (5) | 345 | 768 | 340 | (114) | 654 | 355 |
| Terrenos | 21.084 | - | - | - | 21.084 | - | (21.084) | - | - |
| **Subtotal** | **1.312.686** | **-** | **(1.059)** | **33.236** | **1.344.863** | **32.177** | **(1.299.170)** | **45.693** | **13.973** |
| **Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil** | **Valor Bruto em 31.12.2022** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **Valor bruto em 31.12.2023** | **Adições líquidas** | **Depreciação acumulada** | **Valor líquido em 31.12.2023** | **Valor líquido em 31.12.2022** |
| Máquinas e equipamentos | 8.930 | 34.802 | - | (25.480) | 18.252 | 9.322 | - | 18.252 | 8.930 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | 71 | 244 | - | (315) | - | (71) | - | - | 71 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 4.137 | 1.694 | - | (4.147) | 1.684 | (2.453) | - | 1.684 | 4.137 |
| Adiantamentos | 438 | 2.468 | - | - | 2.906 | 2.468 | - | 2.906 | 438 |
| A ratear | 2.706 | 3.231 | - | (3.294) | 2.643 | (63) | - | 2.643 | 2.706 |
| **Subtotal** | **16.282** | **42.439** | **-** | **(33.236)** | **25.485** | **9.203** | **-** | **25.485** | **16.282** |
| **Total do Ativo Imobilizado** | **1.328.968** | **42.439** | **(1.059)** | **-** | **1.370.348** | **41.380** | **(1.299.170)** | **71.178** | **30.255** |

| Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil | Valor Bruto em 31.12.2021 | Adições | Baixas | Transferências | Valor bruto em 31.12.2022 | Adições líquidas | Depreciação acumulada | Valor líquido em 31.12.2022 | Valor líquido em 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Máquinas e equipamentos | 291.965 | - | (173) | 1.126 | 292.918 | 953 | (282.899) | 10.019 | 9.577 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | 843.735 | - | - | - | 843.735 | - | (842.919) | 816 | 850 |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 153.937 | - | - | 584 | 154.521 | 584 | (151.738) | 2.783 | 2.300 |
| Móveis e utensílios | 403 | - | - | 25 | 428 | 25 | (73) | 355 | 355 |
| Terrenos | 21.084 | - | - | - | 21.084 | - | (21.084) | - | - |
| **Subtotal** | **1.311.124** | **-** | **(173)** | **1.735** | **1.312.686** | **1.562** | **(1.298.713)** | **13.973** | **13.082** |
| **Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil** | **Valor Bruto em 31.12.2021** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **Valor bruto em 31.12.2022** | **Adições líquidas** | **Depreciação acumulada** | **Valor líquido em 31.12.2022** | **Valor líquido em 31.12.2021** |
| Máquinas e equipamentos | 3.473 | 6.649 | - | (1.192) | 8.930 | 5.457 | - | 8.930 | 3.473 |
| Reservatórios, Barragens e Adutoras | - | 71 | - | - | 71 | 71 | - | 71 | - |
| Edificações, Obras Civis e Benfeitorias | 633 | 4.003 | - | (499) | 4.137 | 3.504 | - | 4.137 | 633 |
| Adiantamentos | 37 | 401 | - | - | 438 | 401 | - | 438 | 37 |
| A ratear | 945 | 1.805 | - | (44) | 2.706 | 1.761 | - | 2.706 | 945 |
| **Subtotal** | **5.088** | **12.929** | **-** | **(1.735)** | **16.282** | **11.194** | **-** | **16.282** | **5.088** |
| **Total do Ativo Imobilizado** | **1.316.212** | **12.929** | **(173)** | **-** | **1.328.968** | **12.756** | **(1.298.713)** | **30.255** | **18.170** |

## NOTA 6. INTANGÍVEL

**Prática contábil:**

Refere-se, principalmente, ao direito de uso da infraestrutura, originado pela bonificação pela outorga da concessão. amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos. Em 2023 e 2022, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável destes ativos.

| | Valor bruto em 31.12.2022 | Adições | Transfrências | Valor bruto em 31.12.2023 | Amortização acumulada | Valor líquido em 31.12.2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo intangível em serviço** | | | | | | |
| **Geração** | | | | | | |
| Bônus de Outorga | 1.360.000 | - | - | 1.360.000 | (278.893) | 1.081.107 |
| Direito de extensão de concessão | 6.289 | - | - | 6.289 | (635) | 5.654 |
| *Software* | 569 | - | 58 | 627 | (560) | 67 |
| **Ativo intangível em curso** | | | | | | |
| **Geração** | | | | | | |
| *Software* | 39 | 19 | (58) | - | - | - |
| | **1.366.897** | **19** | **-** | **1.366.916** | **(280.088)** | **1.086.828** |

| | Valor bruto em 31.12.2021 | Adições | Valor bruto em 31.12.2022 | Amortização acumulada | Valor líquido em 31.12.2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo intangível em serviço** | | | | | |
| **Geração** | | | | | |
| Bônus de Outorga | 1.360.000 | - | 1.360.000 | (233.667) | 1.126.333 |
| Direito de extensão de concessão | 6.289 | - | 6.289 | (404) | 5.885 |
| *Software* | 569 | - | 569 | (544) | 25 |
| **Ativo intangível em curso** | | | | | |
| **Geração** | | | | | |
| *Software* | - | 39 | 39 | - | 39 |
| | **1.366.858** | **39** | **1.366.897** | **(234.615)** | **1.132.282** |

## NOTA 7. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

## a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

### a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

**Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures**

**Prática contábil:**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este era o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia ao longo de 2023, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos de operações de *hedge* são estes:

| | 31.12.2022 |
|---|---|
| **Posição passiva** | |
| *Hedge* de valor justo sobre debêntures | 8.127 |
| | **8.127** |
| **Classificação no balanço patrimonial** | |
| Passivo circulante | 8.127 |
| | **8.127** |

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

| | Total |
|---|---|
| **Passivo em 31.12.2021** | **20.409** |
| Juros e variações monetárias | 932 |
| Ajuste a valor justo | (1.586) |
| Amortização de principal | (17.347) |
| Amortização de juros | 5.719 |
| **Passivo em 31.12.2022** | **8.127** |
| Juros e variações monetárias | 131 |
| Ajuste a valor justo | 630 |
| Amortização de principal | (10.258) |
| Amortização de juros | 1.370 |
| **Passivo em 31.12.2023** | - |

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 31.12.2021** | **956** |
| Ajuste a valor justo reconhecido no resultado | (1.586) |
| **Saldo em 31.12.2022** | **(630)** |
| Ajuste a valor justo reconhecido no resultado | 630 |
| **Saldo em 31.12.2023** | - |

## b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

### b.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 13 – Transações com partes relacionadas. Em relação ao mercado regulado, o recebimento é garantido pelo Poder Concedente.

### b.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

### b.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia era o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

## c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

| | Até 1 ano | De 2 a 3 anos | De 4 a 5 anos | Total | Contábil |
|---|---|---|---|---|---|
| Fornecedores | 16.202 | - | - | 16.202 | 16.202 |
| Debêntures[1] | 141.683 | 265.290 | 67.454 | 474.427 | 416.455 |
| | **157.885** | **265.290** | **67.454** | **490.629** | **432.657** |

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

## d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Miranda, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um "condomínio", em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2023, a parcela da Usina Hidrelétrica Miranda destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 131,8 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e também está blindada desse risco.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos da Lei nº 14.052/2020. Mais detalhes estão apresentados na Nota 6 – Intangível.

## e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

| | Hierarquia | 31.12.2023 | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | |
| Aplicações financeiras | Nível 1 | 40.658 | 47.070 |
| **Custo amortizado** | | | |
| Caixa e depósitos bancários à vista | N.A. | 246 | 188 |
| Concessionárias e permissionárias | N.A. | 30.067 | 29.207 |
| | | **70.971** | **76.465** |
| **Passivos financeiros** | | | |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | |
| Debêntures | Nível 2 | - | 32.809 |
| Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures | Nível 2 | - | 8.127 |
| **Custo amortizado** | | | |
| Fornecedores | N.A. | 16.202 | 5.811 |
| Debêntures | N.A. | 416.455 | 459.960 |
| | | **432.657** | **506.707** |

## Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

# NOTA 8. DEBÊNTURES

**Prática contábil:**

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

## a) Composição

| | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| **Mensurados ao valor justo** | | | | | | |
| Debêntures – 1ª emissão | - | - | - | 32.610 | - | 32.610 |
| Encargos | - | - | - | 199 | - | 199 |
| | **-** | **-** | **-** | **32.809** | **-** | **32.809** |
| **Mensurados ao custo amortizado** | | | | | | |
| Debêntures – 1ª emissão | 115.451 | 300.061 | 415.512 | 64.201 | 394.484 | 458.685 |
| Encargos | 943 | - | 943 | 1.275 | - | 1.275 |
| | **116.394** | **300.061** | **416.455** | **65.476** | **394.484** | **459.960** |
| **Debêntures** | **116.394** | **300.061** | **416.455** | **98.285** | **394.484** | **492.769** |
| Efeitos do *hedge* (*swap*) | | | | | | |
| Posição passiva | - | - | - | 8.127 | - | 8.127 |
| **Debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*** | **116.394** | **300.061** | **416.455** | **106.412** | **394.484** | **500.896** |

## b) Mutação das debêntures

| | Total |
|---|---|
| **Saldo em 31.12.2021** | **549.241** |
| Juros | 42.961 |
| Variações monetárias | 26.373 |
| Ajuste a valor justo | (560) |
| Amortização do principal | (84.461) |
| Amortização de juros | (40.785) |
| **Saldo em 31.12.2022** | **492.769** |
| Juros | 33.819 |
| Variações monetárias | 21.049 |
| Ajuste a valor justo | (122) |
| Amortização do principal | (98.488) |
| Amortização de juros | (32.572) |
| **Saldo em 31.12.2023** | **416.455** |

### c) Principais condições contratadas

| | Quantidade | Remuneração | Condições de Pagamento | | Vencimento | Saldos em 31.12.2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Encargos | Principal | | |
| 1ª Emissão - Série 2 | 386.000 | IPCA + 6,4962% a.a. | Semestrais a partir de 12.2018 | Semestrais a partir de 06.2020 | 06.2027 | 416.455 |

### d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

### e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante

| | Total |
|---|---|
| 2025 | 113.578 |
| 2026 | 121.618 |
| 2027 | 64.865 |
| | **300.061** |

### f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

| Dívida | *Covenants* | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| Debêntures - 1ª emissão | Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1 | 2,15 |

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

## NOTA 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social subscrito e integralizado

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.12.2023, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social por meio da capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital realizado no segundo semestre de 2023, no montante de R$ 8.050.

Desta forma o capital social da Companhia, em 31.12.2023 é de R$ 590.713 (R$ 582.663 em 31.12.2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 590.713.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 590.713.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

### b) Reserva de lucros

#### b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido societário do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

#### b.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do montante de R$ 100.359 (em 31.12.2022 foi destinado R$ 68.397). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

### c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido societário ajustado do exercício.

### d) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

### e) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado e suas destinações da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

## NOTA 10. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

**Prática contábil:**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

| | 2023 | | | 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº Consumidores | MWh Mil | R$ Mil | Nº Consumidores | MWh Mil | R$ Mil |
| **Suprimento faturado** | | | | | | |
| Distribuidoras | 85 | - | 237.621 | 77 | - | 222.915 |
| ENGIE Brasil Energia | 1 | 461 | 83.337 | 1 | 461 | 78.171 |
| | **86** | **461** | **320.958** | **78** | **461** | **301.086** |
| **Suprimento não faturado** | | | | | | |
| Distribuidoras | 85 | - | 22.082 | 77 | - | 21.218 |
| ENGIE Brasil Energia | 1 | 43 | 7.326 | 1 | 43 | 7.077 |
| | **86** | **43** | **29.408** | **78** | **43** | **28.295** |
| Transações no mercado de curto prazo | - | - | 2.004 | - | - | 1.794 |
| | **86** | **504** | **352.370** | **78** | **504** | **331.175** |

Os empreendimentos alcançados pelo regime de cotas, apresentados na rubrica de "Distribuidoras", são remunerados através de receitas fixas calculadas com base nos custos envolvidos na prestação do serviço de geração. Além disso, o gerador que tem sua energia comercializada em regime de cotas de garantia física não arca com os riscos hidrológicos nem com os resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) associados à Usina.

A capacidade instalada da Usina é destinada na proporção de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme o Contrato de Concessão nº 02/2017, assinado em 10.11.2017.

## NOTA 11. RESULTADO FINANCEIRO

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Renda de aplicações financeiras | 5.480 | 9.528 |
| Juros sobre valores a receber | 16 | 37 |
| Outros juros e variações monetárias | - | 1 |
| Outras receitas financeiras | 19 | - |
| | **5.515** | **9.566** |
| **Despesas financeiras** | | |
| Juros e variação monetária sobre | | |
| Debêntures | 54.868 | 69.334 |
| *Hedge* de valor justo sobre debêntures | 131 | 932 |
| Outros | 9 | 12 |
| Ajuste a valor justo | 508 | (2.146) |
| Outras despesas financeiras | 1.101 | 826 |
| | **56.617** | **68.958** |
| **Resultado financeiro** | **51.102** | **59.392** |

## NOTA 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

**Prática contábil:**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis societárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

### a) Conciliação dos tributos no resultado

| | 2023 | | | 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | IR | CSLL | Total | IR | CSLL | Total |
| **Resultado antes dos tributos** | 144.803 | 144.803 | 144.803 | 126.769 | 126.769 | 126.769 |
| Alíquota nominal | 25% | 9% | 34% | 25% | 9% | 34% |
| **Despesa às alíquotas nominais** | **(36.201)** | **(13.032)** | **(49.233)** | **(31.692)** | **(11.409)** | **(43.101)** |
| Outros | 21 | (2) | 19 | (66) | (32) | (98) |
| | **(36.180)** | **(13.034)** | **(49.214)** | **(31.758)** | **(11.441)** | **(43.199)** |
| **Composição dos tributos no resultado** | | | | | | |
| Corrente | (34.173) | (12.311) | (46.484) | (27.594) | (9.942) | (37.536) |
| Diferido | (2.007) | (723) | (2.730) | (4.164) | (1.499) | (5.663) |
| | **(36.180)** | **(13.034)** | **(49.214)** | **(31.758)** | **(11.441)** | **(43.199)** |
| **Alíquota efetiva** | **25%** | **9%** | **34%** | **25%** | **9%** | **34%** |

## NOTA 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

### a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

### b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

| | Ativo | Passivo | | |
|---|---|---|---|---|
| | Contas a receber de clientes | Fornecedores | | Dividendos |
| | | Energia | Outros | |
| **31.12.2023** | | | | |
| ENGIE Brasil Energia | 7.326 | - | 240 | 85.160 |
| **Total** | **7.326** | **-** | **240** | **85.160** |
| **31.12.2022** | **7.077** | **500** | **1.401** | **12.840** |

### c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 57,5 MW médios, ao preço de R$ 171,19/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2023 era de R$ 457.263.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 foram:

| Receita | Custos e Despesas |
|---|---|

| | Venda de Energia[1] | Compra de Energia | Serviços de Terceiros |
|---|---|---|---|
| **2023** | | | |
| ENGIE Brasil Energia | 82.276 | 7.019 | 516 |
| Outras | - | - | 527 |
| **Total** | **82.276** | **7.019** | **1.043** |
| **2022** | **77.363** | **6.307** | **2.441** |

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

### d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

## NOTA 14. SEGUROS

### a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2024 e o valor da cobertura é R$ 1.951.553, sendo R$ 1.873.404 referente a danos materiais e R$ 78.149 a lucros cessantes.

## NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

| | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 em diante | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Utilização do sistema | 33.863 | 33.863 | 33.863 | 33.863 | 33.863 | 643.405 | 812.720 |
| Modernização | 8.979 | 1.279 | 1.136 | - | - | - | 11.394 |
| Contratos de operação e manutenção | 2.170 | 2.170 | 1.989 | - | - | - | 6.329 |
| **Saldo em 31.12.2023** | **45.012** | **37.312** | **36.988** | **33.863** | **33.863** | **643.405** | **830.443** |

### a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD), o qual tem vigência até a data de término da concessão.

### b) Modernização

No exercício de 2023, a Companhia manteve contratos de modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia para as três unidades geradoras e sistemas comuns da Usina.

### c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2023, a Companhia manteve contrato de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente, com vigência até 2026.

## NOTA 16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Fornecedores de imobilizado e intangível | 5.143 | 12 |
| Crédito de imposto de renda e contribuição social | (1.304) | (2.119) |

## NOTA 17. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação regulatória, determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

### Balanço Patrimonial

**ATIVO**

| | | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| **ATIVO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 40.904 | - | 40.904 | 47.258 | - | 47.258 |
| Concessionárias e permissionárias | (i) | 30.067 | (12.585) | 17.482 | 29.207 | (12.199) | 17.008 |
| Ativo financeiro de concessão | (i) | - | 143.314 | 143.314 | - | 138.098 | 138.098 |
| Outros ativos circulantes | | 4.283 | - | 4.283 | 4.933 | - | 4.933 |
| | | **75.254** | **130.729** | **205.983** | **81.398** | **125.899** | **207.297** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | | | | | |
| Ativo financeiro de concessão | (i) | - | 1.122.077 | 1.122.077 | - | 1.084.299 | 1.084.299 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (ii) | - | - | - | 1.184 | (1.184) | - |
| Outros ativos não circulantes | | - | - | - | 55 | - | 55 |
| | | **-** | **1.122.077** | **1.122.077** | **1.239** | **1.083.115** | **1.084.354** |
| **Imobilizado** | **(i)** | **71.178** | **(25.245)** | **45.933** | **30.255** | **(26.909)** | **3.346** |
| **Intangível** | **(i)** | **1.086.828** | **(754.225)** | **332.603** | **1.132.282** | **(785.790)** | **346.492** |
| | | **1.158.006** | **342.607** | **1.500.613** | **1.163.776** | **270.416** | **1.434.192** |
| **TOTAL** | | **1.233.260** | **473.336** | **1.706.596** | **1.245.174** | **396.315** | **1.641.489** |

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

| | | 31.12.2023 | | | 31.12.2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Notas | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Fornecedores | | 16.202 | - | 16.202 | 5.811 | - | 5.811 |
| Dividendos | | 85.160 | - | 85.160 | 12.840 | - | 12.840 |
| Debêntures | | 116.394 | - | 116.394 | 98.285 | - | 98.285 |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | | 33.459 | - | 33.459 | 22.999 | - | 22.999 |
| Instrumentos financeiros derivativos - *hedge* | | - | - | - | 8.127 | - | 8.127 |
| Outros passivos circulantes | | 7.745 | - | 7.745 | 8.414 | - | 8.414 |
| | | **258.960** | **-** | **258.960** | **156.476** | **-** | **156.476** |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | | | | | | | |
| Debêntures | | 300.061 | - | 300.061 | 394.484 | - | 394.484 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (ii) | 1.546 | 160.935 | 162.481 | - | 133.966 | 133.966 |
| | | **301.607** | **160.935** | **462.542** | **394.484** | **133.966** | **528.450** |
| Capital social | | 590.713 | - | 590.713 | 582.663 | - | 582.663 |
| Reservas de lucros | | 394.381 | - | 394.381 | 326.740 | - | 326.740 |
| Dividendos adicionais propostos | | - | - | - | 47.160 | - | 47.160 |
| Proventos excedentes da contabilidade societária | | (312.401) | 312.401 | - | (262.349) | 262.349 | - |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | **672.693** | **312.401** | **985.094** | **694.214** | **262.349** | **956.563** |
| **TOTAL** | | **1.233.260** | **473.336** | **1.706.596** | **1.245.174** | **396.315** | **1.641.489** |

## Demonstração do resultado

| | Nota | 2023 | | | 2022 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Regulatório | Ajustes | Societário | Regulatório | Ajustes | Societário |
| **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | (iv) | 350.366 | (259.704) | 90.662 | 329.381 | (244.133) | 85.248 |
| Energia elétrica de curto prazo | | 2.004 | - | 2.004 | 1.794 | - | 1.794 |
| Receita GAG – operação e manutenção | (iv) | - | 77.414 | 77.414 | - | 71.050 | 71.050 |
| Remuneração do ativo financeiro de concessão | (iii) | - | 177.557 | 177.557 | - | 184.292 | 184.292 |
| | | **352.370** | **(4.733)** | **347.637** | **331.175** | **11.209** | **342.384** |
| **Deduções da receita bruta** | | | | | | | |
| **Tributos** | | | | | | | |
| PIS | (iv) | (5.813) | 3.007 | (2.806) | (5.465) | 2.856 | (2.609) |
| Cofins | (iv) | (26.780) | 13.854 | (12.926) | (25.169) | 13.154 | (12.015) |
| **Encargos – Parcela "A"** | | | | | | | |
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D | (iv) | (3.084) | 2.302 | (782) | (2.900) | 2.166 | (734) |
| | | **(35.677)** | **19.163** | **(16.514)** | **(33.534)** | **18.176** | **(15.358)** |
| **RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA** | | **316.693** | **14.430** | **331.123** | **297.641** | **29.385** | **327.026** |
| **Custos não gerenciáveis – Parcela "A"** | | | | | | | |
| Encargos de uso da rede elétrica | (v) | (32.941) | 22.585 | (10.356) | (33.804) | 24.551 | (9.253) |
| Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos | (v) | (7.293) | 4.772 | (2.521) | (6.677) | 3.804 | (2.873) |
| Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica | (v) | (1.056) | 820 | (236) | (970) | 759 | (211) |
| | | **(41.290)** | **28.177** | **(13.113)** | **(41.451)** | **29.114** | **(12.337)** |
| **LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS** | | **275.403** | **42.607** | **318.010** | **256.190** | **58.499** | **314.689** |
| **Custos gerenciáveis – Parcela "B"** | | | | | | | |
| Depreciação e amortização | (vi) | (46.989) | 32.275 | (14.714) | (46.311) | 32.032 | (14.279) |
| Material e serviços de terceiros | (vii) | (12.174) | 955 | (11.219) | (10.094) | (12.374) | (22.468) |
| Compra de energia, inclusive CCEE | | (7.289) | - | (7.289) | (6.310) | - | (6.310) |
| Outros custos operacionais | | (13.046) | - | (13.046) | (7.313) | - | (7.313) |
| | | **(79.498)** | **33.230** | **(46.268)** | **(70.028)** | **19.658** | **(50.370)** |
| **LUCRO DA ATIVIDADE** | | **195.905** | **75.837** | **271.742** | **186.162** | **78.157** | **264.319** |
| **Resultado financeiro** | | | | | | | |
| Receitas financeiras | | 5.515 | - | 5.515 | 9.566 | - | 9.566 |
| Despesas financeiras | | (56.617) | - | (56.617) | (68.958) | - | (68.958) |
| | | **(51.102)** | **-** | **(51.102)** | **(59.392)** | **-** | **(59.392)** |
| **LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO** | | **144.803** | **75.837** | **220.640** | **126.770** | **78.157** | **204.927** |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | (46.484) | - | (46.484) | (37.536) | - | (37.536) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | (viii) | (2.730) | (25.785) | (28.515) | (5.663) | (26.574) | (32.237) |
| | | **(49.214)** | **(25.785)** | **(74.999)** | **(43.199)** | **(26.574)** | **(69.773)** |
| **LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO** | | **95.589** | **50.052** | **145.641** | **83.571** | **51.583** | **135.154** |
| **Lucro por ação básico e diluído – em reais** | | **0,1618** | **-** | **0,2474** | **0,1434** | **-** | **0,2484** |

### Efeitos de contabilização de contratos de concessão

**(i), (iii), (iv), (v), (vi), (vii) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão e intangível**

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível e imobilizado é amortizado e depreciado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

Adicionalmente, os itens de adição de imobilizado são considerados como custo na rubrica "Materiais e serviços de terceiros" nas demonstrações contábeis societárias.

**(ii), (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

**Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

| | 31.12.2023 |
|---|---|
| **Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória** | |
| **Saldo no início do exercício** | **262.349** |
| (iii) Remuneração do ativo financeiro da concessão | 177.557 |
| (iv) Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), líquida | (163.127) |
| (v) Custos não gerenciáveis – Parcela "A" | 28.177 |
| (vi) Depreciação e amortização | 32.275 |
| (vii) Material e serviços de terceiros | 955 |
| (viii) Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis | (25.785) |
| **Saldo no final do exercício** | **312.401** |

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Eduardo Takamori Guiyotuku
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

## DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

## DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
**Companhia Energética Miranda**
Florianópolis-SC

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Energética Miranda ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Miranda em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

*Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

**Outros assuntos**

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 04 de março de 2024.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau, 26 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

**Termo de responsabilidade – Demonstração Contábil Regulatória - Companhia Energética Miranda**

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº **846**, de **11 de junho de 2019**, bem como os signatários, às previstas nos artigos **171 e 299**, ambos do Código Penal.

Florianópolis, 26 de março de 2024.

_____
José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

_____
Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

_____
Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019**
(revogou a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004)
Art. 13. Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

**CÓDIGO PENAL**
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Este documento foi assinado digitalmente por Jose Luiz Jansson Laydner, Romary Dos Anjos Silva e Talisa Rezzieri.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EFDE-E9FF-FD7D-83C6.

Este documento foi assinado digitalmente por Jose Luiz Jansson Laydner, Romary Dos Anjos Silva e Talisa Rezzieri.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://engie.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código EFDE-E9FF-FD7D-83C6.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Engie. Para verificar as assinaturas clique no link: https://engie.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/EFDE-E9FF-FD7D-83C6 ou vá até o site https://engie.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: EFDE-E9FF-FD7D-83C6

**Hash do Documento**

E354D8C0D27C19692311A170BD805281C71ECAD440127B51256E9DBFD8C2A3B3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/03/2024 é(são) :

- Jose Luiz Jansson Laydner (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 481.767.029-00 em 26/03/2024 15:41 UTC-03:00
  **Tipo:** Certificado Digital
- Romary Dos Anjos Silva (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 058.505.519-05 em 26/03/2024 11:44 UTC-03:00
  **Tipo:** Certificado Digital
- Talisa Rezzieri (Signatário - ENGIE BRASIL ENERGIA SA) - 079.362.299-90 em 26/03/2024 09:58 UTC-03:00
  **Tipo:** Certificado Digital